

**RESOLUÇÃO SEE Nº 3.658, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017. MG 25/11/2017****Institui as Diretrizes para a organização da Educação Escolar Quilombola no Estado de Minas Gerais.**

**A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**, no uso de sua competência, tendo em vista o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 16, de 05 de junho de 2012, a Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, a Resolução SEE nº 2.197, de 26 de outubro de 2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais, a Resolução SEE nº 2.820, de 11 de dezembro de 2015, que institui as Diretrizes para a Educação Básica nas escolas do campo de Minas Gerais, e considerando:

- o direito à Educação Escolar Quilombola às comunidades quilombolas rurais e urbanas, respeitando a história, o território, a memória, a ancestralidade e os conhecimentos tradicionais;
- que a Educação Escolar Quilombola destina-se ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas em suas mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica;
- a necessidade de assegurar que as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas, bem como os seus processos próprios de ensino-aprendizagem e as suas formas de produção e de conhecimento tecnológico, admitindo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade, observados os princípios constitucionais, a Base Nacional Comum Curricular e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira;
- os subsídios para implementação das Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Quilombola, elaborados pelo grupo de trabalho da Educação Quilombola, criado pela Resolução SEE nº 2.796, de 2 outubro de 2015;
- a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Estado brasileiro por meio do Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004;
- a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável para os Povos e Comunidades Tradicionais, estabelecida pela Lei nº 21.147, de 14 de janeiro de 2014;

**RESOLVE:****CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** - Ficam estabelecidas as Diretrizes para a organização da Educação Escolar Quilombola no Estado de Minas Gerais, na forma desta Resolução.

**Art. 2º** - A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica fundamenta-se nos princípios:

- I- da memória coletiva;

- II- das línguas reminiscentes;
- III- dos marcos civilizatórios;
- IV- das práticas culturais;
- V- das tecnologias e formas de produção do trabalho como princípio educativo;
- VI- dos acervos e repertórios orais;
- VII- dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país;
- VIII- da territorialidade e respeito aos processos históricos de luta pela regularização dos territórios tradicionais dos povos quilombolas;
- IX- reconhecimento dos quilombolas como povos ou comunidades tradicionais;
- X- direito ao etnodesenvolvimento, entendido como modelo de desenvolvimento alternativo, que considera a participação das comunidades quilombolas, as suas tradições locais, o seu ponto de vista ecológico, a sustentabilidade e as suas formas de produção do trabalho e de vida;
- XI- superação do racismo institucional, ambiental, alimentar, entre outros;
- XII- a articulação entre os conhecimentos científicos, os conhecimentos tradicionais e as práticas socioculturais próprias das comunidades quilombolas, em processo educativo dialógico e emancipatório.

**Art. 3º** - A Educação Escolar Quilombola deve estabelecer interface com a Educação do Campo e a Indígena, reconhecidos os seus pontos de intersecção política, histórica, social e econômica, sem perder sua especificidade.

### **CAPÍTULO III DO ATENDIMENTO DA DEMANDA**

**Art. 4º** - A Educação Escolar Quilombola destina-se ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas em suas mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica.

**Art. 5º** - A Educação Escolar Quilombola será ofertada preferencialmente por estabelecimentos de ensino localizados em comunidades quilombolas, rurais e urbanas, reconhecidas pelos órgãos públicos responsáveis.

**Parágrafo único.** Os estabelecimentos de ensino próximos às comunidades quilombolas poderão ofertar a Educação Escolar Quilombola desde que mais da metade de seus estudantes sejam oriundos dos territórios quilombolas.

**Art. 6º** - A Secretaria de Estado de Educação deve garantir a identificação dos estudantes oriundos dos territórios quilombolas, no seu sistema de informações educacionais, bem como o monitoramento do acesso, da permanência, e do aproveitamento escolar desses estudantes.

**Art. 7º** - A demanda da Educação Escolar Quilombola deve ser identificada no Plano de Atendimento Educacional da Superintendência Regional de Ensino.

### **CAPÍTULO IV DO CALENDÁRIO ESCOLAR**

**Art. 8º** - O calendário da Educação Escolar Quilombola, respeitando as Normas vigentes poderá adequar-se às especificidades locais, inclusive climáticas, da agricultura de base familiar e socioculturais.

**Parágrafo único.** O calendário escolar deve incluir as datas consideradas mais significativas para a população negra e para cada comunidade quilombola, de acordo com a região e a localidade, consultadas as comunidades e lideranças quilombolas.

## **CAPÍTULO II DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**Art. 9º** - O Projeto Político Pedagógico da instituição escolar deve expressar os princípios da Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, de forma coerente, articulada e integrada com a realidade histórica, regional, política, sociocultural e econômica das comunidades quilombolas.

**Art. 10** - A construção do projeto político-pedagógico deverá ser elaborada de forma autônoma e coletiva, pautada em diagnóstico da realidade e mediante o envolvimento e participação de toda a comunidade escolar, em processo dialógico com as lideranças e as diversas organizações existentes no território.

**Art. 11** - O projeto político-pedagógico deverá considerar:

- I – os princípios descritos no art. 2 desta Resolução;
- II – os conhecimentos tradicionais, a oralidade, a ancestralidade, a estética, as formas de trabalho, as tecnologias e a história de cada comunidade quilombola;
- III – as formas por meio das quais as comunidades quilombolas vivenciam os seus processos educativos cotidianos em articulação com os conhecimentos escolares e demais conhecimentos produzidos pela sociedade mais ampla;
- IV - a possibilidade de articulação entre Escola Quilombola e instituições de Ensino Superior, devidamente apoiadas por agências de fomento à pesquisa;
- V – os processos de aprendizagens com os próprios moradores e lideranças locais.

## **CAPÍTULO V DAS ETAPAS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**Art. 12** - A Educação Escolar Quilombola no âmbito da Educação Básica deve compreender todas as etapas e modalidades de ensino, de oferta segundo as competências definidas nos termos da legislação vigente.

**Art. 13** - A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica, na qual se privilegiam práticas de cuidar e educar, é um direito das crianças dos povos quilombolas, de oferta obrigatória pelo poder público municipal para as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade.

**§ 1º** - A decisão pela matrícula e frequência das crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade é uma opção das famílias quilombolas, a partir de suas referências culturais e de suas demandas.

**§ 2º** - É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade.

**Art. 14** - A educação infantil será oferecida em:

- I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
- II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

**Art. 15** - A Secretaria de Estado de Educação, no âmbito da Educação Infantil, colabora com os Municípios, através da cessão de espaço e formação de professores em nível médio para atuar nessa etapa de ensino, ou indiretamente no apoio pedagógico, favorecendo o padrão de qualidade de acordo com as peculiaridades locais.

**Art. 16** - A oferta da Educação Infantil Quilombola deverá garantir à criança o direito de permanecer, prioritariamente, no seu espaço comunitário de referência, evitando o seu deslocamento.

**Art. 17** - O Ensino Fundamental, direito humano, social, público subjetivo, aliado à ação educativa da família e da comunidade, deve articular-se, no contexto da Educação Escolar Quilombola, com os conhecimentos tradicionais, com o direito à identidade étnico-racial, e com a dinâmica própria de organização de cada comunidade quilombola, tendo o respeito à diversidade como valor fundamental.

**Parágrafo único.** O Estado, em regime de colaboração com os municípios, deve garantir o Ensino Fundamental, com duração de nove anos, para toda a população quilombola de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade.

**Art. 18** - A proposta pedagógica do Ensino Fundamental deverá ser coerente, articulada e integrada com os modos de ser e de desenvolver das crianças e adolescentes quilombolas nos diferentes contextos sociais.

**Art. 19** - O Ensino Médio na Educação Escolar Quilombola deverá proporcionar aos estudantes:

I - Formação capaz de oportunizar o desenvolvimento das capacidades de análise e de tomada de decisões, de resolução de problemas, com flexibilidade e valorização dos conhecimentos tradicionais produzidos pelas suas comunidades e aprendizado de diversos conhecimentos necessários ao aprofundamento das suas interações com seu grupo de pertencimento e com a sociedade mais ampla.

II - Participação em projetos de estudo e de trabalho e atividades pedagógicas que visem ao conhecimento das dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura próprias das comunidades quilombolas, bem como da sociedade mais ampla.

**Art. 20** - O Estado deve garantir a universalização do atendimento escolar do Ensino Médio para toda a população quilombola de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos.

**Art. 21** - A proposta pedagógica do Ensino Médio na Educação Escolar Quilombola deve abrir perspectivas para os estudantes vislumbrarem seu ingresso no Ensino Superior.

**Art. 22** - A Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Educação Escolar Quilombola deve articular os princípios da formação ampla, sustentabilidade socioambiental e respeito à diversidade dos estudantes, considerando-se as formas de organização das comunidades quilombolas e suas diferenças sociais, políticas, econômicas e culturais, devendo:

**I** – contribuir para a gestão territorial autônoma, possibilitando a elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável e de produção alternativa para as comunidades quilombolas, tendo em vista, em muitos casos, as situações de falta de assistência e de apoio para seus processos produtivos;

**II** – articular-se com os projetos comunitários, definidos a partir das demandas coletivas das comunidades quilombolas, contribuindo para a reflexão e construção de alternativas de gestão autônoma dos seus territórios, de sustentabilidade econômica, de soberania alimentar, de educação, de saúde e de atendimento às mais diversas necessidades cotidianas.

**§ 1º** - As escolas poderão solicitar a autorização de oferta de Cursos Técnicos via Plano de Atendimento, em conformidade com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, ressaltando a importância de que essa modalidade esteja voltada para o estudo aprimorado de tecnologias apropriadas ao contexto quilombola.

**§ 2º** - Para o atendimento das comunidades quilombolas, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio deverá ser realizada preferencialmente em seus territórios, podendo ser ofertada nas escolas estaduais ou através de parcerias com outras instituições de ensino e organizações do Movimento Negro e Quilombola.

**Art. 23** - A Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Educação Escolar Quilombola deve atender às realidades socioculturais e interesses das comunidades quilombolas, vinculando-se a seus projetos de vida e trabalho.

**§ 1º** - A EJA deve favorecer uma formação ampla aos estudantes, possibilitando a atuação nas atividades socioeconômicas e culturais de suas comunidades, fortalecendo os laços de pertencimento, o protagonismo quilombola e em diálogo com o mundo do trabalho.

**§ 2º** - Os critérios para autorização de abertura de turmas de EJA em escolas quilombolas ou em escolas que atendam a maioria dos estudantes oriundos das comunidades quilombolas serão diferenciados e devem ocorrer em consonância com as demandas das comunidades.

**§ 3º** - A oferta de EJA no Ensino Fundamental não deve substituir a oferta regular dessa etapa da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola, independentemente da idade.

**Art. 24** - O atendimento da Educação Especial deve ser contemplado nas escolas quilombolas e nas escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas, em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, conforme orientações específicas.

## **CAPÍTULO VI DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

**Art. 25** - O currículo da Educação Escolar Quilombola diz respeito aos modos de organização dos tempos e espaços escolares de suas atividades pedagógicas, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares, constituindo parte importante dos processos sociopolíticos e culturais de construção de identidades.

**Parágrafo único.** O currículo da Educação Escolar Quilombola deve observar e respeitar as disposições e orientações da Base Nacional Comum Curricular, do Currículo Básico Comum (CBC) e articulados com a parte diversificada, a fim de garantir a indissociabilidade entre o conhecimento escolar e os conhecimentos tradicionais produzidos pelas comunidades quilombolas.

**Art. 26** - O currículo da Educação Escolar Quilombola, obedecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas para todas as etapas e modalidades da Educação Básica, deverá:

**I** - garantir ao estudante o direito a conhecer o conceito, a história dos quilombos no Brasil e em Minas Gerais, o protagonismo do movimento quilombola e do movimento negro, assim como o seu histórico de lutas;

**II** - implementar a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura afrobrasileira, Africana e Indígena, nos termos da legislação em vigor;

**III** - reconhecer a história e a cultura afrobrasileira como elementos estruturantes do processo de formação nacional e regional, considerando as mudanças, as recriações e as ressignificações históricas e socioculturais que fundamentam as concepções de vida dos afro-brasileiros na diáspora africana;

**IV** - promover o fortalecimento da identidade étnico-racial, da história e cultura afrobrasileira e africana ressignificada, recriada e reterritorializada nos espaços quilombolas;

**V** - garantir as discussões sobre a identidade, a cultura e a linguagem, como eixos norteadores do currículo;

**VI** - considerar a liberdade religiosa, a diversidade e a inclusão como princípios jurídicos, políticos e pedagógicos atuando de forma a superar preconceitos em relação às práticas religiosas e culturais das comunidades quilombolas, de matriz africana ou não, e a proibir toda e qualquer prática de proselitismo religioso nas escolas.



**Art. 27** - Na construção dos currículos da Educação Escolar Quilombola, devem ser consideradas as particularidades de aprendizagens dos estudantes quilombolas em cada etapa e modalidade de ensino, os espaços e tempos da escola e de outras instituições educativas da comunidade e fora dela, tais como museus, centros culturais, laboratórios de ciências e de informática, associações comunitárias, cooperativas locais, entre outros espaços comunitários e educativos.

**Art. 28** - A organização curricular da Educação Escolar Quilombola deverá se pautar em ações e práticas político-pedagógicas que visem:

**I** - a interdisciplinaridade e contextualização na articulação entre os diferentes campos do conhecimento, por meio do diálogo entre disciplinas diversas e do estudo e pesquisa de temas da realidade dos estudantes e de suas comunidades;

**II** - a adequação das metodologias pedagógicas às características dos estudantes, em atenção aos modos próprios de socialização dos conhecimentos produzidos e construídos pelas comunidades quilombolas ao longo da história;

**III** - as estratégias e metodologias de pesquisa como eixo para a produção de conhecimentos;

**IV** - os conhecimentos produzidos no percurso formativo dos estudantes tornar-se-ão uma fonte para a elaboração e produção de materiais pedagógicos, contemplando os conteúdos culturais, sociais, políticos e identitários específicos das comunidades quilombolas.

## **CAPÍTULO VIII DA AVALIAÇÃO**

**Art. 29** - A avaliação, entendida como um dos elementos que compõem o processo de ensino e aprendizagem deverá garantir o direito do estudante a ter considerados e respeitados os seus processos próprios de aprendizagem.

**Art. 30** - A avaliação do processo de ensino e aprendizagem na Educação Escolar Quilombola deverá considerar:

**I** - os aspectos qualitativos, diagnósticos, processuais, formativos, dialógicos e participativos do processo educacional;

**II** - o direito de aprender dos estudantes;

**III** - as experiências de vida e as características históricas, políticas, econômicas e socioculturais das comunidades;

**IV** - os valores, as dimensões cognitiva, afetiva, lúdica, de desenvolvimento físico e motor, dentre outros.

**Art. 31** - A Educação Escolar Quilombola desenvolverá práticas de avaliação que possibilitem o aprimoramento das ações pedagógicas, dos projetos educativos, da relação com a comunidade, da relação professor/estudante e da gestão.

## **CAPÍTULO VII DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

**Art. 32** - A Educação Escolar Quilombola deverá atender aos princípios constitucionais da gestão democrática e ser realizada por meio do diálogo, parcerias e participação das comunidades quilombolas por ela atendida.

**Art. 33** - A gestão democrática será exercida por meio do diálogo entre a gestão da escola, a coordenação pedagógica, professores, demais profissionais da escola, o Colegiado Escolar e as organizações do movimento quilombola nos níveis local e regional.

**Art. 34** - A avaliação coletiva do desempenho da escola deverá ser desenvolvida periodicamente, com ampla participação da comunidade escolar e da comunidade quilombola.

## **CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 35** - A Secretaria de Estado de Educação deve manter em seu espaço virtual e/ou eletrônico divulgação das ações pedagógicas, normas, orientações e informações pertinentes à Educação Escolar Quilombola.

**Art. 36** - A composição do quadro de pessoal das Escolas Quilombolas deverá observar as normas específicas da Secretaria de Estado de Educação e o disposto na legislação pertinente à Carreira dos Profissionais da Educação.

**Art. 37** - O processo de escolha de servidor ao exercício de cargo de diretor e à função de vice-diretor de escolas estaduais quilombolas ocorrerá mediante processo específico, conforme as normas vigentes da Secretaria.

**Art. 38** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**, em Belo Horizonte, aos 24 de novembro de 2017.

(a) Macaé Maria Evaristo dos Santos  
Secretária de Estado de Educação